



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1984.

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1984

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretária da pelos Srs. Deputados Djalma de Almeida César e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Germote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antonio Belinati, Artágão Mattos Leão, Augusto Cameiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quíelse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 285/84

Curitiba, 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do art. 2.º, e seu parágrafo único, da Lei 7813, de 29 de dezembro de 1983.

Os mencionados dispositivos legais versam sobre autorização no sentido de que o Poder Executivo possa realizar operações de crédito, bem como a prestar garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos e externos, tendo, a nova redação ora proposta a exame dessa Augusta Assembléia Legislativa, sido sugerida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, com vistas a ensejar melhores condições de exequibilidade da lei

e perfeita operacionalidade aos contratos creditícios de que tratam.

Outrossim, dada a relevância da matéria, solicito sua inclusão no rol daquelas que serão apreciadas no atual período da convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

Sob o número 275/84, do Sr. Governador do Estado, o qual convoca esta Casa Legislativa a reunir-se extraordinariamente, de 06 a 31 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — As constantes das Mensagens números 209, 218, 219, 227, 228, 233, 234, 236, 238, 239, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273 e 274/84, já encaminhadas a esse Poder;

II — As que objetivam referendo a Convênios celebrados pelo Estado;

III — Outras a serem oportunamente encaminhadas.

— À Diretoria Legislativa.

Ofício:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Of. 916/R

Em 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

A fim de instruir o julgamento da Representação n.º 1.226-3, formulado pelo Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral da República contra essa Assembléia Legislativa e Governo desse Estado, solicito a Vossa Excelência que preste, no prazo regimental de trinta (30) dias, as necessárias informações sobre o alegado na petição, cuja cópia acompanha o presente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

(a) Ministro NÉRI DA SILVEIRA

Relator

EXCELENTÍSSIMO SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

O Procurador-Geral da República, com fundamento no art. 119, inciso I, letra e, da Constituição Federal, e na forma disciplinada pelo Título VI do Regimento Interno dessa Suprema Corte, vem oferecer REPRESENTAÇÃO ao Supremo Tribunal Federal e, por esse meio, submeter a seu exame e julgamento a arguição de inconstitucionalidade da Lei n.º 7257, de 30 de novembro de 1979, do Estado do Paraná, no que diz respeito à incidência de tributo, cobrado a título de TAXA DE SEGURANÇA, sobre o funcionamento de bilhares, bilharetes e outros jogos autorizados, especificados na tabela número 5, com as alterações introduzidas pela Lei 7812, de

29/12/83, com a anexa tabela número 5, subitens 5.1 e 5.2.

2. A representação atende a promoção de CASICAVA MACHADO E CIA. LTDA. e outras, através do advogado Dr. Ricardo Alves Kremer, contida no expediente anexo, onde se encontram expostos os fundamentos da arguição.

3. Desses fundamentos cumpre ressaltar a possibilidade de ocorrência de vícios de inconstitucionalidade por falta de competência do órgão legiferante, no caso a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, face ao que dispõe o art. 15, inciso II, da Lei Maior, bem como de inobservância de condição ou exigência, ante a definição de taxa, contida no art. 18, I, e a vedação prevista no § 2.º, do mesmo art. 18, da Constituição Federal.

4. Resta assinalar, ainda, que esse Colendo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Representação n.º 1167-4, do Rio Grande do Sul (fls. 135/146) já declarou a inconstitucionalidade da Lei 7527, daquele Estado, que instituiu Taxa de Serviços de Segurança Pública incidente sobre diversões públicas, no caso, bilhares em geral e outras, sendo certo, por fim, que no julgamento do RE 77.111/PR (fls. 130/133), esse Pretório Excelso declarou a inconstitucionalidade da Lei 5482, de 20 de janeiro de 1967, Tabela "A", do Estado do Paraná, que versava, igualmente, sobre a incidência da Taxa de Segurança Pública sobre os serviços de diversões públicas, cuja execução foi suspensa pela Resolução número 22, de 1979, do Senado Federal (fl. 128).

5. Assim sendo, pede e espera o representante que, solicitadas as informações cabíveis à Assembléia Legislativa do Estado, voltem-lhe os autos, em tempo oportuno, para pronunciamento final sobre o mérito da arguição.

Brasília, 14 de novembro de 1984.

(a) INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO
PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA.

CASICAVA, MACHADO & CIA. LTDA., com sede na cidade de Maringá - PR, à Avenida Brasil, 1400; GUAPOREMA - COMÉRCIO E LOCADORA DE BILHARES LTDA., com sede na cidade de Maringá - PR, à Avenida Colombo, 4365; LOCADORA DE BILHARES CANÇÃO LTDA., com sede na cidade de Maringá - PR, à Rua Floriano Peixoto, 936; LOBIPAR - LOCADORA DE BILHARES PARANAVAÍ LTDA., com sede em Paranavaí - PR, à Rua B, 970, Jardim Farroupilha; MAYPAZ - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., com sede na cidade de Maringá - PR, à Avenida Mauá, 1647; SILVESTRE SANTINE & CIA. LTDA., com sede na cidade de Maringá - PR, à Avenida Laguna, 2194; LOCADORA DE MESAS DE BILHAR LÍDER LTDA., com sede na cidade de Francisco Beltrão - PR, à Rua União da Vitória, 1298; LOCADORA DE BILHARES MARY LTDA., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Coronel Herculano de Araújo, 185; BILHARES PALÁCIO DOS ESPORTES LTDA., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Visconde do Cerro Frio, 221; BILHARES CELLI - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com sede em São José dos Pinhais - PR, à Rua Tenente Djalma Dutra, 3285; BILHARES GRACIOSA LTDA, com sede na Estrada da Ribeira, quilômetro 2, número 41, na cidade de Colombo - PR; LOCADORA DE BILHARES SANTA

FELICIDADE LTDA., com sede em Curitiba - PR, à Avenida Manoel Ribas, 7240, GONZI, OLIVEIRA & CIA. LTDA., com sede na cidade de Londrina - PR, e BILHARES BRASÍLIA LTDA, com sede na Rua Dom Pedro II, 180, em Centro Quatro Barras - PR, vêm, com o devido respeito, através de seu procurador firmatário da presente (procurações anexas), que recebe intimações na Rua dos Andradas, 1137, conjunto 2304/06, em Porto Alegre - RS, dizer e finalmente requerer a Vossa Excelência, o que segue:

01. As empresas postulantes operam no ramo de locação de mesas de bilhares em geral, principalmente de mesas de bilhareto, mais conhecido como MINI-SNOOKER, em virtude do que, embora como locadores, vêm assumindo os encargos relativos aos Tributos Estaduais, já que os locatários não vislumbram nos jogos uma fonte de renda autônoma expressiva, mas sim, uma forma de atração de pessoas para os seus estabelecimentos;

02. Ocorre que, pela Resolução n.º 22/1979, o Senado Federal, acatando decisão definitiva dessa Suprema Corte, já suspendera por inconstitucional a execução da Lei do Estado do Paraná, que instituiu a TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre serviço de diversão pública, nos termos que seguem:

"Art. único - É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 16 de março de 1978, nos Autos do Recurso Extraordinário número 77.111-5, do Estado do Paraná, a execução da Lei número 5482, de 20 de janeiro de 1967, Tabela "A" daquele Estado".

03. Aliá, no Recurso Extraordinário supra-aludido, Sua Excelência o Sr. Ministro Leitão de Abreu, adotou como relatório o parecer da Douta Procuradoria Geral da República, de autoria do Procurador Moacir Antônio Machado da Silva, que transcreve:

"Interpõe-se Recurso Extraordinário de acórdão que concluiu pela constitucionalidade da Taxa de Segurança Pública - decretada pela Lei 5482/67 e alterada pela Lei 6070/70, do Estado do Paraná, cobrada a título de policiamento e fiscalização em locais onde se explora "bilharetos".

"Sob o pressuposto de fiscalização de "bilharetos", há ingerência do Estado em função de estrita competência impositiva municipal, resultante de seu peculiar interesse (art. 15, II, a, da Constituição Federal), contrariando, ainda, o art. 77 do C.N.T. Como diz Aliomar Baleeiro, "... Taxa sob pretexto de exercício de atribuição de alheia competência incorre em inconstitucionalidade". (Direito Tributário Brasileiro, Rio, Forense, 4a. edição, Forense, pág. 315)"

"Sob o fundamento de policiamento comum, é evidente que essa atividade já é custeada por impostos, porque a ordem interna já é necessidade absoluta do Estado. Há obrigação jurídica de o Estado prestar os serviços correspondentes, não podendo condicioná-los à retribuição especial" (Hector B. Villegas, "Verdades e Ficções em Torno do Tributo denominado Taxa", in RDA,

jul/set, 1971, páginas 322/339).

.....
 "Não houve requisição ou solicitação desses serviços ao Estado. Decorre essa atividade, no que tem ela de particular, da própria necessidade de ser especialmente desenvolvida em todos os locais de frequência popular (ver, a propósito, o art. 2.º, II, do Dec. Lei 317/67)".

"Nesse mesmo sentido e com idênticos fundamentos, o Egrégio Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 10/11/71, no R.E. 72.374, RTJ 60/282, decidiu pela inconstitucionalidade da Taxa cobrada a esse mesmo título, pelo Estado do Espírito Santo.

Pelo conhecimento e provimento do apelo, é o parecer. (fls. 253/255.) É o relatório".

04. No mesmo sentido, no mesmo julgamento, o voto vista do Eminentíssimo Ministro CUNHA PEIXOTO: "em caso idêntico, o Eminentíssimo Ministro OSWALDO TRIGUEIRO, no RE 77452, teve oportunidade de escrever:

"Quanto ao mérito, o parecer reflete a jurisprudência do Supremo Tribunal, que reiteradamente se tem pronunciado pela inconstitucionalidade da Taxa Estadual de Segurança Pública, a qual não pode ser exigida a título de remuneração do policiamento ordinário, que ao Estado cabe exercer, nem a título de fiscalização de diversões por ser atribuição de competência municipal. (RE 72374, RTJ 60/282; ERE 72898; RE 77940; RE 77815)".

05. E assim concluiu seu voto:

"Desta maneira, nos termos dos votos dos eminentes Ministros Leitão de Abreu e Bilac Pinto, conheço do recurso e lhe dou provimento, declarando inconstitucional a Lei do Estado do Paraná de número 5482, de 20 de janeiro de 1967, Tabela A, que instituiu a Taxa de Segurança Pública sobre serviços de diversões públicas".

06. Assim, foi comunicado ao Governo do Paraná, através da SM/331, de 24 de maio de 1979, a suspensão da execução da Lei 5482, de 20 de janeiro de 1967, Tabela "A" (TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA REFERENTE AOS SERVIÇOS DE DIVERSÕES PÚBLICAS).

07. Em 30 de novembro de 1979, foi promulgada a Lei 7257/79, do Estado do Paraná, que justamente CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA RELATIVA À TAXA DE SEGURANÇA, preceituando:

"Art. 1.º — Esta lei consolida, com base no inciso I do Art. 18 da Constituição da República Federativa do Brasil, a legislação tributária relativa à Taxa de Segurança, observadas as normas gerais de direito tributário, consubstanciadas no Título IV do Livro I do Código Tributário Nacional, bem como as responsabilidades inerentes à atividade em consonância com o art. 54 da Constituição Estadual, no interesse continente à MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA INTERNA (grifamos).

Art. 2.º — Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa de Segurança (TS), quando o contribuinte utilizar o serviço específico e divisível, prestado pelo Estado em órgãos de sua administração ou QUANDO TAL SERVI-

ÇO FOI POSTO À DISPOSIÇÃO DO CONTRIBUINTE CUJAS ATIVIDADES EXIJAM DO PODER PÚBLICO ESTADUAL VIGILÂNCIA, VISANDO A PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA, ORDEM, TRANQUILIDADE, COSTUMES E GARANTIAS OFERECIDAS AO DIREITO E USO DA PROPRIEDADE (grifamos).

.....
 "Art. 4.º — As alíquotas da TS serão as constantes das Tabelas Anexas a esta lei".

SUJEITO PASSIVO

"Art. 6.º — Contribuinte da TS é toda pessoa física ou jurídica que solicitar a proteção do serviço público ou, ainda, QUEM FOR BENEFICIÁRIO DIRETO DO SERVIÇO OU ATO" (grifamos).

08. Estabelece ainda a legislação vigente a manutenção do FUNRESPOL e a revogação de toda legislação anterior, atinente à Taxa de Segurança:

"Art. 15 — Fica mantida a legislação do FUNRESPOL — Fundo Especial de Reequipamento Policial, criado pela Lei 6102, de 27 de maio de 1970, e do"

Art. 16 — Ficam revogadas as leis números 5482, de 20 de janeiro de 1967; 6070, de 08 de janeiro de 1970; 6638, de 29 de novembro de 1974; 6766, de 30 de dezembro de 1975; 6972, de 30 de dezembro de 1977 e 7072, de 28 de dezembro de 1978".

09. Na TABELA NÚMERO 5, anexa à lei supra, está determinada a alíquota a ser recolhida ao Estado, na seguinte forma:

"TABELA 5 — Bilhares e snooker, bilharito ou bilhar americano, explorado por pessoa física ou jurídica que não seja instalado em sociedade recreativa registrada na Delegacia de Polícia, Alvará mensal — por unidade".

10. Pela Lei Estadual 7812, de 29 de dezembro de 1983, que alterou dispositivos da Lei 7257/79, a tabela para cálculo de TAXA DE SEGURANÇA relativamente a bilhares e bilharitos (Tabela "5"), passou a ser regulada:

"TABELA 5 — 5.1 — Bilhares e snooker, explorados por pessoa física ou jurídica, que não sejam instalados em sociedades recreativas registradas na Delegacia de Polícia — por unidade mensal.

5.2 — Bilharitos (bilhares menores, com caçapas e gavelas internas e dispositivo de marcação de partida), pebolins, futebol de mesa, nas mesmas condições do item anterior, por unidade mensal".

11. Dessa forma, no Estado do Paraná, a cobrança da TAXA DE SEGURANÇA, sobre o funcionamento de mesas de bilhar e bilharito está regulada pela Lei 7257, de 30 de novembro de 1979, "Tabela 5", com as alterações introduzidas pela Lei 7812, de 29 de dezembro de 1983, "TABELA "5", SUBITENS 5.1 e 5.2.

12. A cobrança de taxas sob o pretexto de prestação de serviços específicos ou em razão do poder de polícia na fiscalização ou autorização para funcionamento de mesas de bilhar e bilharito é totalmente inconstitucional.

Preceitua a Constituição Federal, em seu artigo 18, parágrafo segundo:

"Para cobrança de taxas não se poderá tomar como base de cálculo o que tenha serviço para a incidência de impostos..."

13. Na lista de serviços anexa ao Decreto-Lei 834/69, que alterou o Decreto-Lei 406/68, consta como incidente no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS QN), CUJA COBRANÇA É DE ALÇADA DOS MUNICÍPIOS, os "bilhares, boliches e outros jogos permitidos (item 28, letra c, da lista de serviços);

ALIOMAR BALEEIRO, IN Direito Tributário, página 262, afirma:

"O Código Tributário Nacional, aliás, inclui jogos e diversões como modalidade de fato gerador de imposto sobre serviços. O mesmo foi repetido na lista anexa aos Decretos-Leis 406/68, modificado pelo Decreto-Lei 834/69".

14. Assim, a incidência de TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA sobre o funcionamento de bilhar e outros jogos permitidos no Estado do Paraná, confunde-se, por identidade de base de cálculo e, portanto, de fato gerador, com o "Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza".

15. No parecer da Douta Procuradoria Geral da República, apreciando a Representação 1167-4, do Rio Grande do Sul (fls. 81/84), que apreciou a questão:

"... 5. Pela concessão de alvarás, a pretexto de fiscalização de estabelecimentos que exploram jogos lícitos, é evidente a ingerência do Estado em funções de estrita competência impositiva municipal, resultantes de seu peculiar interesse (Constituição Federal, artigo 15, II), sendo manifesto que a legislação estadual contraria o art. 77 do Código Tributário Nacional e o art. 18, I da Lei Fundamental. Como observa ALIOMAR BALEEIRO, '... Taxa sob o pretexto de atribuição de alheia competência incorre em inconstitucionalidade'. (Direito Tributário Brasileiro, Rio, Forense, 4a. edição, 1972, p. 315).

6. Como salienta PONTES DE MIRANDA, as atividades do Poder Público relacionadas com diversões públicas, são tipicamente municipais (Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda número 1, de 1969, T.2, pág. 345). A doutrina é pacífica nesse entendimento, acentuando, por exemplo, HELY LOPES MEIRELLES, que "A POLÍTICA ADMINISTRATIVA DE RECINTO, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO COMPETE AO MUNICÍPIO". (Direito Administrativo Brasileiro, Rev. Tribunais, 1964, pág. 110). Não é por outra razão que a lista de serviços anexa ao Decreto-Lei 406, de 1968, contempla como hipótese de incidência do imposto municipal sobre serviços, as várias atividades de diversões públicas... .."

16. O Egrégio Supremo Tribunal Federal reiteradamente se tem pronunciado pela inconstitucionalidade da Taxa Estadual de Segurança Pública.

Além do já citado Recurso Extraordinário número 77.111, do próprio Estado do Paraná, que declarou INCONSTITUCIONAL a lei daquele Estado, de número 5482, de 20 de janeiro de 1967, Tabela "A", que instituiu a TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE SERVIÇO DE DIVERSÃO

PÚBLICA, podemos citar:

"A. TRIBUNAL PLENO - Recurso Extraordinário número 72374 - Espírito Santo - Rel. Sr. Min. LUIZ GALOTTI; Recorrentes - ARTHUR BINA DA SILVA e outros. Data 10/11/71 - Decisão: dado provimento unânime e declarados inconstitucionais os artigos 20, 21, 23 e 25 da Lei do Estado do Espírito Santo, número 2311, de 15/12/77.

VOTO - O Sr. Min. Luiz Galotti, Relator - "Mestre Aliomar Baleeiro, no seu excelente livro "Direito Tributário Brasileiro", 3a. edição, pág. 283 e seguintes, examina profundamente o conceito de taxa com base nas melhores fontes, nacionais e estrangeiras, assinalando quantas vezes os legisladores locais, rebeldes à discriminação constitucional de rendas ou infensos à solução lógica de aumento dos tributos nos casos de abertura dos cofres públicos, têm preferido o caminho tortuoso de falsas taxas, como disfarce de alheias competências. E mostra como uma severa conceituação das taxas é indispensável à salvaguarda de certos princípios de limitação constitucional do poder de tributar. Acentua citando AMARO CAVALCANTE, que enquanto pelas taxas o indivíduo procura obter um serviço que lhe é útil pessoalmente, individualmente, o Estado, ao contrário, procura, pelo imposto, os meios de satisfazer as despesas necessárias da administração ou indispensáveis ao bem-comum..."

"Assim, conheço do recurso e lhe dou provimento, de acordo com o parecer da Douta Procuradoria Geral da República, para conhecer da segurança, declarando inconstitucionais os artigos 20, 21, 23 e 25 da Lei Estadual do Espírito Santo, número 231167".

17. Também decidiu, consoante às decisões já referidas, em relação à TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA COBRADA PELO ESTADO DO PARANÁ, a Egrégia Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, o Recurso Extraordinário número 77.452, tendo como relator o senhor Ministro OSWALDO TRIGUEIRO, onde recorrentes são CRUZ e VIEIRA e recorrido é o Estado do Paraná, julgado em 26/04/74, conhecido e provido, do qual se reproduz alguns excertos:

"Sob o pressuposto de fiscalização dos bilhares, há ingerência do Estado, em funções de estrita competência impositiva municipal, resultantes de seu peculiar interesse (Art. 15, II, Constituição Federal), contrariando ainda o art. 77 do Código Tributário Nacional. Como diz Aliomar Baleeiro, "... Taxa sob pretexto de atribuição de alheia competência incorre em inconstitucionalidade" (Direito Tributário Brasileiro, Rio, Forense, 4a. edição, 1972, pág. 315)."

Sob o fundamento de policiamento comum é evidente que essa atividade já é custeada por impostos, porque a ordem interna é necessidade absoluta do Estado, "há obrigação jurídica de o Estado prestar os serviços correspondentes, não podendo condicioná-los à retribuição especial (Hector B. Villegas - Verdades e Ficções em Torno do Tributo denominado Taxa. - in RDA, jul/set. 1971, pág. 322/339). Não houve requi-

sição ou solicitação desses serviços ao Estado. Decorre essa atividade, no que ela tem de particular, da própria necessidade de ser especialmente desenvolvida em todos os locais de frequência popular (ver a propósito, o Art. 2.º, II, do Decreto-Lei 317/67).

— Sob idênticos fundamentos, nesse mesmo sentido, o Egrégio Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 10.11.71, no RE 72374-RTJ 60/282, decidiu pela inconstitucionalidade de taxa cobrada a esse título, pelo Estado do Espírito Santo”.

VOTO — O Sr. Ministro OSWALDO TRIGUEIRO (relator).

— Quanto a PRELIMINAR de legitimidade, não me parece que seja procedente.

A recorrente impetrou segurança para eximir-se de tributo que está sendo pago em seu nome (fls. 105/108) a sentença concedeu a medida a fim de que a impetrante não seja obrigada a pagar a taxa de segurança que lhe é exigida conforme esclarece a inicial.

Assim, tenho como inócua a alegação do representante da Fazenda, de que a recorrente não é devedora do imposto, que deveria ser exigido de seus concessionários. Não me parece acertada a conclusão do acórdão, dando a ação sem objeto, porque a autoridade teria isentado a impetrante da responsabilidade pelo pagamento do tributo.

Quando ao mérito, o parecer reflete a jurisprudência do Supremo Tribunal que reiteradamente se tem pronunciado pela inconstitucionalidade da Taxa Estadual de Segurança Pública, a qual não pode ser exigida a título de remuneração de policiamento ordinário, que ao Estado cabe exercer, nem a título de fiscalização de diversões, por ser atribuição da competência municipal. (RE 72374 - RTJ 60/282; ERE 72898; RE 77940 e RE 77815).

Reportando-se a esses precedentes e adotando os jurídicos fundamentos do parecer, conheço o recurso e lhe dou provimento.

Extrato da Ata: RE 77452 - PR - Rel. Min. Oswaldo Trigueiro. Recte. Cruz e Vieira - Recdo. - Estado do Paraná. DECISÃO: CONHECIDO E PROVIDO - Unânime - 1a. Turma em 26/04/74”.

Em julgamentos mais recentes, a Suprema Corte vem decidindo no mesmo sentido:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO 100033-3-Rio Grande do Sul. Recorrentes: BELOSOM COMERCIAL, IMPORTADORA E LOCADORA DE APARELHOS ELETRÔNICOS LTDA. E OUTROS; Recorrido: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em 21/09/83.

EMENDA: Taxa de fiscalização e serviços diversos do Estado do Rio Grande do Sul e obtenção de alvará policial (exigência). Inconstitucionalidade.

A concessão de alvarás, e as atividades relacionadas com diversões públicas, são de competência municipal. O POLICIAMENTO PREVENTIVO E REPRESSIVO É DE CARÁTER GERAL, PRESTADO A TODOS OS MEMBROS DA COLETIVIDADE, QUE OS CUSTEIA PELO PAGAMENTO DE IMPOSTOS (grifamos).

Recurso extraordinário reconhecido e provido.

Da mesma forma, a já referida representação número 1167-4, do Rio Grande do Sul. Representante: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA e Representados: GOVER-

NADOR E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, na qual em sessão plenária, por unanimidade de votos, julgou procedente a Representação e declarou a inconstitucionalidade da alínea “b” do Cap. IV, número 1, inciso VII, do Anexo à Lei 7527, de 14 de julho de 1981, do Estado do Rio Grande do Sul, em 23 de novembro de 1983:

“VOTO DO SENHOR MINISTRO OSCAR CORRÊA — (Relator). —

4. Com efeito, no julgamento do RE número 77111, Relator o Excelentíssimo Sr. Ministro Leitão de Abreu, em hipótese semelhante, decidiu-se no Pleno, pela inconstitucionalidade da Taxa de Segurança Pública, decretada pela Lei 5482/67, Tabela A, DO PARANÁ, COBRADA A TÍTULO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO EM LOCAIS ONDE SE EXPLORAM ‘BILHARETOS’. (grifamos). RTJ.87/491-492.

O parecer da Procuradoria Geral da República, do mesmo e ilustre Procurador Moacir Antonio Machado da Silva, expendendo argumentação da mesma linha, invocava o RE 72374 (RTJ 60/282), no qual se “decidiu pela inconstitucionalidade da taxa cobrada a esse mesmo título pelo Estado do Espírito Santo.”

E no seu voto o Eminentíssimo Relator lembrava o precedente específico do RE 77452, de 26/04/74, no qual o Excelentíssimo. Ministro Oswaldo Trigueiro acentuou: “Quanto ao mérito, o parecer reflete a jurisprudência do Supremo Tribunal, que reiteradamente se tem pronunciado pela inconstitucionalidade da Taxa Estadual de Segurança Pública, a qual não pode ser exigida a título de remuneração de policiamento ordinário, que ao Estado cabe exercer, nem a título de fiscalização de diversões por ser atribuição da competência municipal - (RE 72374, RTJ 60/282; ERE 72898; RE 77940; RE 77815; RTJ 87/492).

5. NESSES PRECEDENTES, AINDA QUE SOB DENOMINAÇÕES DIVERSAS, AS TAXAS INSTITUÍDAS COM IDÊNTICO OBJETIVO FORAM DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS PELO TRIBUNAL (grifamos).

Desta forma, e de acordo com a orientação da Corte, firmada neesses precedentes, julgo procedente a representação e declaro a inconstitucionalidade da alínea b. do Capítulo IV, número 1, inciso VII, do Anexo à Lei 7527, de 14 de julho de 1981, do Estado do Rio Grande do Sul”.

20. Inclusive o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, em respeito à decisão do Judiciário, baixou o Decreto 84245, de 26 de novembro de 1969:

“Suspende por inconstitucionalidade, a execução das letras “g” e “h”, subitem 1.5.1, da Tabela Anexa II, aprovada pela Lei 8012, de 18 de dezembro de 1975, do Estado de Goiás.

O Presidente da República, de acordo com o § 2.º, do artigo 11 da Constituição, tendo em vista o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Representação número 991.2 (Estado de Goiás), e atendendo ao Ofício 78/79 P/MC, de 22 de novembro de 1979, da Presidência do mesmo Tribunal, decreta: Art. 1.º — Fica suspensa, por inconstitucionalidade, a

execução das letras "g" e "h", subitem 1.5.1, da Tabela Anexa II, aprovada pela Lei 8012, de 18 de dezembro de 1975, do Estado de Goiás.

Art. 2.^o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Figueiredo - Presidente da República.
Petrônio Portella".

21. Diante do exposto, resulta claro ser inconstitucional a legislação vigente no Estado do Paraná, que sob o título de TAXA DE SEGURANÇA, tributa o funcionamento de bilhar. bilharetes ou bilharitos e outros jogos autorizados.

22. Isto posto, vêm, com o devido respeito, requerer a Vossa Excelência, que, com fundamento no artigo 119, inciso I, letra "I", da Constituição da República Federativa do Brasil, represente o Supremo Tribunal Federal, arguindo a inconstitucionalidade da Lei 7257, de 30 de novembro de 1979, do Estado do Paraná, no que diz respeito à incidência de tributo a título de TAXA DE SEGURANÇA, sobre o funcionamento de bilhares, bilharetes e outros jogos autorizados, especificados na anexa TABELA NÚMERO 5, com as alterações introduzidas pela LEI 7812, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1983, COM A ANEXA TABELA NÚMERO 5, SUBITENS "5.1" E "5.2".

N. Termos

Pede Deferimento.

Porto Alegre, 30 de outubro de 1984.

(a) RICARDO ALVES KREMER

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para os Projetos de Lei números 377, 378, 379 e 328, todos de 1984, e constantes da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM após a aprovação do douto Plenário, sejam dispensados de Redação Final os Projetos de Lei números 313, 318, 371, 372, 373, 374, 376 e todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data, visto que foram aprovados, sem emendas, em Terceira Discussão.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(aa) NILSO SQUAREZI

IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ue o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam retirados da Ordem do Dia, por duas sessões, os Projetos de Lei números 318, 371, 372, 373 e 363, oriundos das Mensagens Governamentais números 236, 279, 278, 276 e 273, respectivamente, e constantes da Ordem do Dia desta

data.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDS REQUER, em nome da sua banca, voto de profundo pesar pelo falecimento de JOÃO JAMIL BUFFARA, ocorrido em 15 do corrente, nesta Capital. O extinto era irmão do Deputado Estadual Nelson Buffara, com assento nesta Casa, e pessoa conceituosa nesta Capital.

Da aprovação, solicita que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Deputado Nelson Buffara.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar, em ata da presente sessão, pelo falecimento do Sr. JOÃO JAMIL BUFFARA, ocorrido neste último final de semana.

O extinto deixa viúva a Sra. Delourdes Mansur Buffara e três filhos, sendo irmão do Deputado Estadual Nelson Buffara.

Era personalidade muito conceituada na sociedade paranaense, sendo respeitado por sua capacidade de trabalho e iniciativa, seu apego à família e aos amigos.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO JAMIL BUFFARA, ocorrido dia 15 de dezembro do corrente.

João Jamil nasceu em Santos, Estado de São Paulo, vindo para o Paraná com apenas três anos de idade, fixando residência em Paranaguá. Filho de Cezário Buffara e Adélia Buffara, era casado com a Sra. Delurdes Mansur Buffara, deixando filhos: Simone, casada com o Dr. Haroldo Lobo; Luiz Cesar, casado com D. Leila Isacson, e Margareth, casada com o Dr. Paulo Henrique Gavazzoni. Deixa ainda 8 netos.

Requer ainda, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. JORGE KUDRI, pela reeleição - por unanimidade - para a Presidência da Federação Paranaense de Futebol de Salão.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja aprovado um voto de louvor à Prefeitura Municipal de Toledo, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e ao Departamento de Esportes, pela realização dos IV JOGOS ABERTOS DE TOLEDO.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 8 e 19 de dezembro realizou-se os IV JOGOS ABERTOS DE TOLEDO, com a participação direta de 1.100 atletas, divididos em 45 equipes das mais diversas modalidades esportivas.

Promoção da Prefeitura Municipal, do Departamento de Esportes e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o patrocínio do BANESTADO, através do Projeto Galha Azul, participam dos jogos equipes de empresas, colégios, indústrias e outros agrupamentos, independentemente de idade.

Participam desde jovens, com idade mínima de 13 anos até os idosos, o que representa uma importante iniciativa no sentido da confraternização da comunidade toledana, rompendo as barreiras naturais impostas pelo trabalho, pelo estudo, pelos locais de moradia e pela idade para que todos possam participar comunitariamente de uma atividade de conagração dos munícipes.

Nestes jogos o trabalho em equipe, com todos, fraternalmente, somando forças com o objetivo de vencer, de atingir um objetivo, torna-se um aprendizado e um estímulo importante para os cidadãos toledanos.

Por estes motivos, a aprovação por esta Casa de Leis de um voto de louvor à Prefeitura Municipal, ao Departamento de Esportes e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pela realização do evento, é o mínimo que este Poder pode fazer pelo engrandecimento do esporte paranaense e para o fortalecimento do trabalho comunitário nos municípios paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, seja registrado nos Anais deste Poder Legislativo, um voto de aplauso pela passagem do 29.º aniversário da Emancipação Política do Município de Coronel Vivida, comemorado em 14 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Os coronel-vividenses, com justo orgulho comemoram em 02 de dezembro o vigésimo nono aniversário da emancipação político-administrativa de sua comunidade.

Criado em 02/12/54, pela Lei Estadual número 253, foi registrado oficialmente no ano seguinte. Em 1956, pouco mais de 1000 habitantes povoavam Coronel Vivida, a maioria produzindo feijão, trigo, centeio, amendoim, milho, cevada, batata inglesa, cebola e arroz.

Hoje, Coronel Vivida aparece como uma das mais progressistas cidades do Sudoeste do Estado, abrigando expres-

sivo contingente populacional que ajuda a impulsionar o seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, o crescimento do Paraná.

Aos vividenses e às suas autoridades, o Estado do Paraná, através de sua Assembléia de representação popular, presta as homenagens que lhe são devidas nesta tão marcante data.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, seja registrado nos Anais deste Poder Legislativo, um voto de aplauso pela passagem do 30.º aniversário de emancipação do Município de Chopinzinho, comemorado a 14 de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Chopinzinho foi desmembrado do Município de Mangueirinha, por força da Lei 253, de 02 de dezembro de 1954. Sua vida própria político-administrativa registrou-se no dia 14 do mesmo mês e ano.

O industrial MÁRIO GENI foi o seu primeiro Prefeito. Ainda no ano de 1950, o Censo registrou ali a presença de 14.171 habitantes. Estimativas mostram que em 1956, Chopinzinho comercializou Cr\$ 4.447.320 na venda de feijão; Cr\$ 1.932.000 de trigo; Cr\$ 475.650 de centeio e Cr\$... 251.250 de amendoim. A extração de erva-mate era outra fonte de renda, sendo que em 1956, a exportação desse produto alcançou a cifra dos Cr\$ 604.200.

Ao cumprimentarmos Chopinzinho pelo transcurso do seu 30.º aniversário de emancipação política, não poderíamos deixar de registrar estas reminiscências do seu passado. Tais dados servem para traçarmos um paralelo entre o que foi e o que hoje representa, mercê do labor da gente chopinziense.

É justo que o Poder Legislativo paranaense registre o 30.º aniversário de Chopinzinho em seus Anais, como forma de reverenciar o suor daquele povo, força viva na tarefa de engrandecimento do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Conforme o artigo 21, alínea VIII, item b da Constituição Estadual, a Assembléia Legislativa deve ser ouvida quando da concessão de linhas para o transporte coletivo intermunicipal.

Buscando os necessários e indispensáveis esclarecimentos sobre questão de tamanha importância para a população de nosso Estado, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando do mesmo informações no sentido de esclarecer esta Casa de Leis se quando da concessão de linhas para o transporte coletivo intermunicipal foi cumprido o que determina o já referido artigo 21 de nossa Carta Magna Estadual. Por outro lado, solicito que seja esclarecido se esta Assembléia Legislativa foi ouvida quando da definição das planilhas das respectivas linhas que foram objeto de concessão.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ser ouvido, o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando cascalhamento do trecho que liga o Distrito da Guanabara à BR 277 no Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a região explicitada é pólo importante de produção agrícola dentro do Estado do Paraná, pela grande quantidade de soja, milho, e arroz que produz; considerando que a maior parte das terras que constitui a região compõe-se de pequenos proprietários; considerando que a área é densamente povoada, impõe-se como primordial cascalhamento deste trecho, tanto para melhoria no escoamento desta produção agrícola, fator sobremaneira importante, como para a locomoção facilitada de uma população que aumenta dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de ontem a cidade de Ivaiporã, região central do nosso Estado do Paraná, fez realizar a nossa 5ª Festa do Milho.

Devo trazer ao conhecimento deste Parlamento e todo o Estado do Paraná no dia de ontem desde a manhã até por volta das 10 horas da noite, mais de duas mil pessoas estiveram participando e se fizeram presentes neste acontecimento que já se tornou tradicional em nosso município e que está hoje sendo alvo de visitação de pessoas ligadas ao serviço de extensão rural de diversas outras regiões de nosso Estado.

Devo destacar que no dia de ontem lá compareceram comitivas de diversas regiões de nosso Estado, como por exemplo, da cidade de União da Vitória, de Marilândia do Sul e de Borrazópolis, que para lá foram para conhecer o que se fez em termos de festa do milho na cidade de Ivaiporã, para que lá também possam nos anos vindouros e no caso de Borrazópolis, já no dia 06 de janeiro de 1985, também promoverão sua festa do milho, e desta maneira divulgar o seu produto, talvez da maior importância agrícola que é esse produto, o milho.

Para aqueles que ainda não participaram de uma festa do milho, cabe a nós neste momento prestar alguns esclarecimentos. No caso de Ivaiporã, esta festa do milho organizada e servida de extensão rural da ACARPA, tem como objetivo principal, além de difundir a cultura do milho, que no caso de Ivaiporã é o produto de maior importância agrícola em função de que a maior ou quase totalidade dos agricultores daquele município planta este tipo de agricultura, tem também como objetivo a confraternização, o entrosamento, a vida mais unida de todas as comunidades rurais trabalhadas e assistidas pela ACARPA naquele município.

No dia de ontem mais 15 comunidades rurais que são

trabalhadas e assistidas pela ACARPA fizeram acontecer esta 5ª Festa do Milho. Festa esta que durante a qual tudo sobre o milho é falado; tudo sobre o milho é exposto, tudo que é do conhecimento daquela comunidade é oferecido ao consumo dos visitantes.

Então, é normal numa festa como esta lá se encontrar milho verde cozido ou assado; curral, pamonha doce e salgada, sorvete de milho, almoço servido na forma de polenta à moda de frango caipira ao molho, de modo que tudo durante o dia versa sobre milho.

Durante o dia também para atração e alegria daqueles que lá visitaram a feira se realiza um concurso através de uma roda de violeiros e artistas do município que tem condições de se apresentar e mostrar sua qualidades a todos aqueles que lá estão.

Para finalizar esta festa, realiza-se o concurso da "Rainha do Milho".

Hoje, nós temos que dizer que este concurso "Rainha do Milho", realizado na cidade de Ivaiporã, é uma coisa das mais extraordinárias que vem acontecendo em termos de divulgação daquela cidade, daquele município, haja vista, a criatividade e a beleza que se reveste este concurso.

As nossas candidatas representando a sua comunidade rural comparecem para o desfile vestindo trajes típicos e somente elaborados à base de milho.

Então, é uma coisa bastante interessante, uma coisa que está despertando a curiosidade do Estado do Paraná e que nós tínhamos que deixar registrado na Assembléia Legislativa nesta ocasião, para conhecimento de todos os Senhores Deputados e do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Gilberto Carvalho - Senhor Presidente, queria consultar à Mesa se já se encontra a emenda com o devido apoio sobre o Projeto dos Conselheiros do Tribunal de Contas.


O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa a Vossa Excelência que deu entrada à Emenda, devidamente apoiada.

O Sr. Gilberto Carvalho - Agradeço e declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

O Sr. Orlando Pessuti - A Liderança do PMDB declina, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

 ORDEM DO DIA,
 com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando

preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 377, 378, 379, 328, todos de 1984 e constantes da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 377/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 285/84), que objetiva alterar a redação do art. 2.º e de seu parágrafo único, da Lei n.º 7.813, de 29/12/83. (Autorização no sentido de que o Poder Executivo possa realizar operações de crédito, bem como a prestar garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos e externos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no D.A. 136, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 377/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Plano de Lei tem por finalidade dar nova redação ao art. 2.º e seu parágrafo único, da lei 7.813, de 29 de dezembro de 1983.

De acordo com a Mensagem que encaminha o Plano de Lei, tal medida proposta tem por finalidade adaptar o texto legal com melhores condições de exequibilidade da Lei e perfeita operacionalidade aos contratos creditícios de que tratam, conforme sugestões apresentadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e Ministério da Fazenda.

Nos termos legais e constitucionais, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a matéria aqui tratada com referência quanto a iniciativa do processo legislativo, é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, conforme o disposto nos Arts. 25 - 35 e 47 da Constituição Estadual.

Nestas condições a proposição está em condições de ser apreciada por esta Casa, opinando-se favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 377/84

PARECER

O Plano de Lei ora em exame, originário de Mensagem Governamental, tem por objetivo dar nova redação ao art. 2.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 7.813 de 29 de dezembro de 1983.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, a modificação aqui proposta tem por finalidade estabelecer uma adequação funcional, de acordo com sugestão apresentada pelos órgãos federais da área financeira, visando melhores condições do texto legal existente na operacionalidade dos contratos créditos de que tratam.

A justificativa aqui apresentada, nos convence da sua

oportunidade, com relação ao aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças.

Com isto o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) ERVIN BONKOSKI
Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI
Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 378/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 287/84), que objetiva alterar a Tabela de Taxas a que se refere o Art 25 (itens 9.1 13 e 14 do Anexo 1), da Lei n.º 7.811, de 29/12/83 (Taxa de serviços cobrados pelo DETRAN). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 137, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 378/84

PARECER

Através da Mensagem Governamental n.º 287/84, e submetido a consideração desta Casa o presente Plano de Lei que objetiva alterar a tabela de taxas a que se refere o art 25 - (itens 9.1 13 e 14, do Anexo I) da Lei n.º 7.811 de 29/12/83. Serviços pelo Departamento de Trânsito - DETRAN.

A matéria aqui tratada é de competência com relação à iniciativa do processo Legislativo, do chefe do Poder Executivo, conforme estabelecem os arts. 25, 35 e 47 da Constituição Estadual.

Assim sendo, legal e constitucionalmente, o Plano de Lei está em condições de ter a sua normal tramitação por esta Casa, já que inexistem óbices quer legais ou constitucionais que possam obstaculizar a sua Aprovação.

Favorável é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 378/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental o Plano de Lei em exame visa alterar a tabela dos Serviços de Trânsito cobradas pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, nos itens que especifica e valores que estabelece.

Analisando o aspecto legal e constitucional, houve o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito da competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre seu aspecto financeiro, temos que nos termos em que está colocada a justificativa apresentada pelo chefe do Poder Executivo, através da Mensagem que acompanha a proposição, tal medida é oportuna e tendem a estabelecer critérios apresentados pela Secretaria de Segurança Pública.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 379/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 288/84), que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.305.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões de cruzeiros) alterando o vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado. (Public. no D.A. n.º 137, Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 379/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, através da abertura de Crédito Suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 379/84

PARECER:

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 328/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 237/84), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21/05/69, modificada pela Lei n.º 7.732, de 07/10/83 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. **Aprovado. (Public. no D.A. n.º 123, de 20/11/84).**

Passaremos a apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 313/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 234/84) que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o valor de Cr\$ 114.167.000.000 (cento e quatorze bilhões, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas até o mês de dezembro, com juros, encargos e amortização da dívida pública interna e externa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 318/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 236/84), que altera o orçamento do Serviço da Loteria do Estado do Paraná em Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros), para atender despesas com pessoal, material de consumo e serviços de terceiros, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre este Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando sejam retirados da Ordem do Dia, por duas sessões, os Projetos de Lei n.ºs 318, 371, 372, 373 e 363, oriundos das Mensagens Governamentais n.ºs 236, 279, 278, 276 e 273 respectivamente e constantes da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.**

Em consequência do requerimento aprovado pelo Plenário fica adiada por 2 (duas) sessões, o Projeto de Lei n.º 318/84.

Ficam também adiadas, atendendo ao requerimento aprovado pelo Plenário, os Projetos 371, 372, 373 e 363/84.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 374/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 277/84), que abre Crédito Especial até o limite de Cr\$ 153.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PR., Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural - PRORURAL, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 376/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 281/84), que altera

dispositivos da Lei 7047, de 21/11/78, Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Paraná, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 175/84), que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei 7297, de 08/01/80, com redação dada pela Lei 7878, de 04/07/84, na forma que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, com apoioamento de 31 (trinta e um) Srs. Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N.º 222/84
SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1.º - A gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal será concedida na conformidade dos critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei 7297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação que lhe foi dada pela Lei 7878, de 04 de julho de 1984.

Art. 2.º - Fica fixado em 7 Auditores e em 7 Procuradores o número de tais cargos no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. São colocados em disponibilidade os atuais ocupantes dos cargos que trata este artigo, que excedam os limites fixados.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoioamento:

HOMERO OGUIDO
NILSO SGUAREZI
ORLANDO PESSUTI
ADHAIL SPRENGER PASSOS
DONATO GULIN
ERONDY SILVÉRIO
TUGUIO SETOGUTTE
GILBERTO CARVALHO
MÁRCIO ALMEIDA
JORGE MAIA FILHO
WERNER WANDERER
FRANCISCO ESCORSIN
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
TADEU LÚCIO MACHADO
EZEQUIAS LOSSO
BASÍLIO ZANUSSO
EDGARD PIMENTEL
ERVIN BONKOSKI
IRONDI PUGLIESI
DIRCEU MANFRINATO
FIORI LUIZ
TÉRCIO ALBUQUERQUE
FUAD NACLI
AUGUSTO CARNEIRO

IVAN GUBERT
QUIELSE CRISÓSTOMO
ANTONIO BELINATI
CAÍTO QUINTANA
PÉRICLES PACHECO
AIRTON CORDEIRO e
MÁRIO PEREIRA

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (Pela Ordem) Gostaria que a Mesa informasse se sobre esse mesmo projeto não há uma emenda anterior, da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa informa a Vossa Excelência que a emenda de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, foi retirada pelo autor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A Emenda da Liderança foi retirada?

O SR. PRESIDENTE - Foi retirada do projeto, a pedido do autor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - A pedido do autor? Então Sr. Presidente, pela ordem, peço verificação de quorum com chamada nominal, para ver se há condições de a sessão prosseguir.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa atende e irá proceder...

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Gostaria de explicar ao Deputado Roberto Requião, para que não houvesse errônea interpretação. A emenda que a Liderança do PMDB apresentou por decisão de sua bancada, era de que a lei passasse a vigorar após a sua publicação. Esta emenda foi absorvida por uma outra emenda, que dispõe sobre a disponibilidade de três nomes que se encontram atualmente.

Então, a nova emenda incorporou a emenda da Liderança. Seria redundante, apresentarmos duas emendas sobre o mesmo assunto.

Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE - Atendendo à Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Roberto Requião, a Mesa irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Trinta Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para prosseguimento e deliberação.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 222/84, Mensagem 175/84. Sobre o mesmo, Substitutivo Geral, devidamente apoiado, e uma Emenda Substitutiva ao Art. 2.º, de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N.º 222/84
EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se a redação do Art. 2.º do projeto original, pela seguinte:

"Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoioamento:

NILSO SGUAREZI
ANTÔNIO ANNIBELLI

CAÍTO QUINTANA
ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Os efeitos decorrentes do presente plano de lei resultam em elevadas despesas para os cofres públicos.

Não vemos justificativa plausível, portanto, para que os mesmos retroajam para 1^o de janeiro de 1984, pois, aparentemente, nenhum prejuízo resultará para os beneficiários, os quais estão percebendo normalmente seus vencimentos na forma prevista pela legislação vigente.

Está em discussão o projeto e as emendas.

Encerrada a reunião, está em votação o Substitutivo Geral, ao Projeto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, estamos em face de uma esdruxularia jurídica. Ou é inconstitucional a mensagem ou é inconstitucional o Substitutivo Geral. Se aceitarmos a constitucionalidade do Substitutivo Geral, ou seja, a competência da Assembléia Legislativa para legislar sobre o assunto, a mensagem do Governador, em se tratando de órgão auxiliar da Assembléia, é inconstitucional; ou, no caso contrário, será inconstitucional o substitutivo.

De qualquer forma, Sr. Presidente, estamos desafiando e desautorizando uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Quando o Governo anterior nomeou esses funcionários do Tribunal de Contas, a questão já estava "sub-judice" e o Governo arriscou a nomeação no aguardo de uma decisão do Supremo. Hoje o Supremo decide, que as aposentadorias eram ilegais, porque a contagem de tempo não era legítima, e nós tentamos, via Legislativo, consertar uma situação fulminada pelo Supremo Tribunal Federal.

Mais do que isto, Sr. Presidente, estamos tratando da Res Pública, da coisa pública, do dinheiro público, e criando um quadro de disponibilidade remunerada numa época de crise nacional que é quase uma bolsa de estudos, a pessoas nomeadas pelo Governo anterior.

Não se trata, Sr. Presidente, de uma posição pessoal, mas se trata da moralidade que o PMDB prometia ao povo, nos palanques eleitorais.

Acredito que a Bancada do PMDB irá confirmar a sua decisão tomada em ampla reunião, e enorme discussão anteriormente, nas famosas reuniões das quartas-feiras. Não entendo o que possa ter modificado esta posição.

De qualquer forma, se a Assembléia Legislativa vier a cometer a barbaridade de distribuir cargos e recursos públicos através de uma mensagem, eu assumo, como Deputado, e no interesse público, a responsabilidade de promover imediatamente uma posição popular contra essa medida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação o Substitutivo Geral. Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende Vossa Excelência.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, ao Projeto de Lei 222/84, queiram levantar-se.

Está em votação o Substitutivo Geral. — Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere.

Em votação o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 222/84; 28 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. **Aprovado.**

Em consequência da aprovação do Substitutivo, fica prejudicada a emenda de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião.

A Mesa comunica ao Plenário que o projeto irá à 4.^a Discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 375/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 284/84), que objetiva majorar a partir de 01/01/85, os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.

Em discussão. Em votação.

Antes, porém, sobre o referido projeto, emenda de Plenário de número 01, de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

feito reunião
PROJETO DE LEI Nº 375/84
EMENDA Nº 01

"Artigo — A gratificação natalina é concedida anualmente aos funcionários públicos estaduais, civis e militares e terá sempre, como base de cálculo, a soma do vencimento básico com todas as vantagens legais que cada funcionário esteja percebendo na data do pagamento da última parcela deste benefício.

§ 1.^o — A gratificação natalina de que trata este artigo, será paga, todos os anos, em duas parcelas:

I — A primeira parcela no mês de novembro, correspondente a cinquenta (50) por cento do vencimento básico com as vantagens legais percebidas no respectivo mês;

II — A segunda parcela no mês de dezembro, correspondente ao vencimento básico com as vantagens legais percebidas no respectivo mês, menos a parcela constante no Inciso I.

§ 2.^o — Os critérios estabelecidos neste artigo, aplicam-se já para o pagamento do benefício do exercício de 1984 e subsequentes.

§ 3.^o — Os critérios estabelecidos no presente artigo, aplicar-se-ão a partir de 1984 e anos seguintes.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

Apoiamento:

JORGE MAIA FILHO
ANTONIO BELINATI
ERONDY SILVÉRIO
IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

I — A expectativa dos servidores públicos estaduais foi fortemente alimentada no sentido.